

# NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: uma introdução ao pensamento de Kalecki à crise de 1929

Izamara Malaquias de Jesus\*

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de trazer para a reflexão o reconhecimento sobre as ponderações da importância do pensamento de Michael Kalecki para a História do Pensamento Econômico, assim para construção da sua Teoria Econômica pós-crise de 1929. A complexidade e a formulação de suas ideias têm provocado diversas elucubrações e equívocos. Porém, apreciação aqui inicial tem como análise a de levantar os pontos primordiais dentro da contribuição para a formulação do princípio da demanda efetiva kaleckiana, perpassando com punho histórico alguns conceitos indo-se a crise de 1929.

Kalecki fundamenta suas ideias buscando entender o problema de demanda efetiva nas economias capitalista, ou seja, o modo como se configura a reprodução do capitalismo e o seu problema. Kalecki contém, em sua teoria, fortes influências da teoria de Karl Marx, Rosa Luxemburgo e Tugan Baranovski. A grande crise de 1929 exerceu um importante papel para dar percurso para as pesquisas de Kalecki, e levou-o a estudar os problemas da dinâmica (flutuações cíclicas e mudanças de longo prazo) das economias capitalistas, aprofundando-se no princípio da demanda efetiva.

O pensamento de Kalecki divergir da teoria neoclássica, no qual o principal teórico será Say<sup>1</sup>, o qual diz que “a demanda de uma nação é sempre igual à produção”. Contrariando essa ideia, Kalecki afirma que a ocorrência de uma crise mundial estrutural, mostra que claramente existe um problema de Demanda Efetiva, visto que o sistema capitalista contém em sua própria dinâmica macroeconômica sua essência de natureza instável. Concluindo que as economias capitalistas desenvolvem-se dentro de um padrão cíclico, ou seja, expandem-se com flutuações instáveis, com grandes ou pequenas oscilações.

Nas palavras de Miglioli (2004), a teoria de Kalecki estabelece o problema da “realização da produção” pela visão marxista, ou de demanda efetiva sobre o sistema capitalista principalmente no período de crises estruturais. Kalecki ainda parte da ideia de que “a realização da mais-valia

---

<sup>1</sup> Segundo Miglioli (2004), Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um economista clássico francês que afirmou na sua teoria que para toda produção existe um mercado, ou seja, a famosa “lei dos mercados”, no qual a produção sua própria demanda. Influenciando David Ricardo e John Stuart Mill depois esta teoria foi incorporada ao pensamento neoclássico.

depende dos gastos dos capitalistas com acumulação de capital e seu consumo pessoal”, ou seja, existe uma ligação entre os gastos capitalistas e o investimento, mas ao observar esse elemento, Kalecki chama atenção para o processo das economias desenvolvidas.

Miglioli (2004) afirma que para estudar a obra de Kalecki o mais propício é iniciar o estudo pelos determinantes do lucro, os quais Kalecki desenvolveu utilizando-se do esquema de reprodução do Marx, incorporando mais departamentos e atribuindo identidade própria à análise. Através disso o investimento se faz presente ao construir a abordagem acerca do seu esquema de reprodução, afirmando que os lucros do capitalista são divididos em investimento e consumo, assim estes são os gastos dos mesmos.

De acordo com Kalecki, o investimento e o consumo dos capitalistas são determinados por decisões originárias no passado. Em seguida pode-se analisar que a variável forte e estratégica é o investimento (I), que será a responsável por determinar o nível de renda nacional em determinado tempo. Isso porque demonstra que o consumo dos capitalistas em determinado tempo dependerá firmemente dos investimentos efetuados por eles mesmos em anos anteriores.

Segundo Miglioli, Kalecki se preocupou em diagnosticar as decisões do investimento,

ou seja, num sistema capitalista do tipo *laissez-faire*, onde o Estado limita suas intervenções e onde, portanto, o déficit orçamentário do governo tem um reduzido papel, o investimento se converte [...] na variável fundamental da dinâmica, ou seja, no principal elemento determinante dos níveis das atividades econômicas como um todo. Assim, para se entender essa dinâmica, é imprescindível conhecer as razões que levam os capitalistas a investir, isto é, os motivos de decisões de investimento. (MIGLIOLI, 2004. p. 292-293)

Contudo, Lopéz G & Mott (1997) afirmam que para Kalecki, o investimento real bruto e o consumo são dados em resposta às decisões passadas, mas os capitalistas não reagem diariamente, porém se baseando no tempo de decisão. Todavia, Kalecki (1987) afirma que na economia dos países desenvolvidos o investimento por não opera em pleno vapor, sendo que o papel do investimento inicial estabelece destaque no nível de renda nacional, entretanto ele não está associado ao destino final do investimento. Assim, concluirá que “no futuro, o investimento gera a mesma demanda efetiva no momento em que está sendo levado a efeito”, segundo Kalecki (1987). Portanto a natureza do investimento no pensamento kaleckiano está atrelada ao ciclo que a dinâmica econômica de determinado tempo que se encontra sua realização.

## **ANÁLISE INTRODUTÓRIA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DE KALECKI**

Um elemento importante da contribuição de Kalecki, é que o mesmo sempre esteve do lado da classe trabalhadora. Assim, ao tratar de assuntos sobre economia e política, teve com princípio importante a defesa da classe trabalhadora, de tal forma que,

Kalecki em toda a sua vida foi o de defesa dos trabalhadores. Por isto mesmo, mostrava acentuada aversão a indivíduos e a concepções que propunham a redução de salário como medida para se atingir algum fim. Em toda a sua obra sobre as economias capitalistas, pode-se ver claramente como combate a falsa ideia de que os cortes de salários são necessários para promover o desenvolvimento, ou amainar as crises, ou para aumentar o emprego, ou para eliminar a inflação, etc. (MIGLIOLI, 1980, p. 15).

Assim, de acordo com Miglioli (1980), quando Kalecki começou a estudar as economias subdesenvolvidas e as economias socialistas procurou colocar como elemento da maior importância, a “melhoria do padrão de vida dos trabalhadores” opondo-se a ideia, que a produção dos meios de produção tem de crescer em uma escala elevada perante a produção de bens de consumo essenciais.

Segundo Miglioli (1977), pode-se dividir a sua obra em três partes, para melhor classificação e construção acadêmica kaleckiana, tal que

Os trabalhos de Kalecki podem ser separados em três grupos: sobre as economias capitalistas desenvolvidas, sobre as economias subdesenvolvidas e sobre as economias socialistas. Ele escreveu também acerca de outros temas (por exemplo: questões de política, estatística, matemática teórica, metodologia econômica etc.), mas suas principais contribuições intelectuais estão contidas nos trabalhos anteriormente referidos (KALECKI, 1977, p.6-7).

Portanto, os trabalhos de Kalecki acarretam um significado importante de contribuição no período do pós-guerra. No sentido de estudar em outra análise o desenvolvimento das economias capitalistas e das economias subdesenvolvidas.

De acordo com Miglioli (1977), Kalecki ao elaborar projetos para as economias subdesenvolvidas, devido ao fato de ter trabalhado no secretariado da ONU (Organização das Nações Unidas) em 1950. Propôs a se debater teoricamente as condições sobre os problemas da dinâmica desses países em desenvolvimento. Tal, que

Kalecki passou a ter contato com países subdesenvolvidos e a interessar-se por seus problemas econômicos. Como resultado, elaborou vários estudos, tanto práticos como teóricos. Os primeiros incluem relatório sobre os problemas econômicos de Israel, observações sobre o terceiro plano econômico da Índia, plano quinquenal (1961/65) de Cuba; os estudos teóricos se referem a problemas de desemprego, ajuda econômica internacional, desenvolvimento econômico. Dentre esses últimos estudos, o mais importante se intitula “O Problema do Financiamento do Desenvolvimento Econômico”, publicado originalmente no México em 1954 e que teve grande influência na formação do pensamento estruturalista da CEPAL (KALECKI, 1977. p.7).

De acordo com Miglioli (1980), Kalecki utiliza da matemática nos seus escritos como forma de tornar a interpretação mais precisa e objetiva. Desta maneira, a formação teórica de Kalecki é marxista, porém é claro que seu estilo é diferente do cultuado da literatura tradicional marxista, isso afirma a abordagem lucida e criativa da análise marxista dos fenômenos econômicos e suas contradições.

Todavia, segundo Miglioli (1980), as economias capitalistas, de forma sucinta no pensamento de Kalecki revela que o nível de renda nacional não é determinado pelo nível da capacidade produtiva da economia; “o nível da renda é função da demanda, isto é, do volume de despesas”. Assim, nesta afirmação consiste teoricamente na seguinte hipótese não há comércio exterior e as atividades administrativas do governo não existem, as despesas compreende somente os gastos em consumo e investimento. Logo, os gastos em consumo dependente da própria renda, logo, o investimento é fundamental para o nível de renda. De tal modo, o investimento para Kalecki é a variável chave da sua obra.

De acordo com Miglioli (1980), Kalecki observava que há firmas que detêm maior ou menor grau de controle sobre o mercado e sobre os preços de seus produtos. Concluindo-se na sua visão que a dominação dos monopólios influenciava a economia por um todo. Procurou explicar os níveis de renda em curto prazo e longo prazo, tentando inclusive integrar os fenômenos dos ciclos e do desenvolvimento econômico na sua teoria. Porém, ao longo do seu amadurecimento teórico Kalecki, também levou em conta o papel da inovação tecnológica.

Segundo Miglioli (1980), a concepção de Kalecki sobre a sociedade capitalista, por ter influência de formação marxista, divide-se a sociedade em classes. De um lado está à classe trabalhadora e do outro a classe capitalista. Por isso o que o interessa é a renda das duas classes: os salários e os lucros. Onde, ele diferencia o consumo dos trabalhadores e o consumo capitalistas, isso para fundamentar sua explicação sobre o nível da taxa de lucro. Por fim, a divisão da sociedade em trabalhadores e capitalistas está por toda a sua obra.

De acordo Miglioli (1977) a grande crise econômica de 1929/33 teve influência decisiva sobre as ideias e preocupações teóricas de Michal Kalecki. Que a sua primeira publicação de tamanha relevância foi o “*Esboço de um a Teoria do Ciclo Econômico*” o qual o fez florescer o empenho em estudar os problemas da dinâmica até o fim da sua vida. Isso fará nascer a grande contribuição de Kalecki sobre a formulação e aprofundamento do Princípio da Demanda Efetiva, no qual está totalmente voltado para a atuação das economias capitalistas desenvolvidas.

Segundo Miglioli (1977), será no *Livro Teoria Dinâmica Econômica* (1977), que Kalecki tem o objetivo de tratar dos problemas de determinação do nível de renda ou da produção em curto prazo, ou seja, da Demanda Efetiva. No qual coloca que as economias capitalistas se desenvolvem dentro de um padrão cíclico, isto é, se expandem com flutuações pequenas ou grandes, no qual há grandes expressões do movimento ondulatório. No seu pensamento o movimento ondulatório ocorria devido à produção continuar a crescer. Portanto, de forma conjunta, as flutuações atuam com o movimento ondulatório tendo uma tendência crescente. Tal que,

O objetivo da Teoria da Dinâmica Econômica é o de explicar como, nas economias capitalistas, sendo dadas suas condições próprias de produção, a renda nacional e cada um de seus componentes (lucros e salários, pelo ângulo da renda, e consumo e investimento, pelo prisma da despesa) são determinados (MIGLIOLI, 1977, p. 16).

De acordo com Miglioli (1977), no pensamento de Kalecki, o volume total de lucros é estabelecido pelo investimento, consumo dos capitalistas, déficit orçamentário do Estado e saldo de exportações. Isso compõe com que será denominado de composição da Demanda Efetiva na concepção histórica da análise kaleckiana. Em primeira abordagem sobre uma economia fechada, o lucro é igual o investimento somado ao consumo dos capitalistas.

E como se dará o volume total de salários para Kalecki? Segundo Miglioli (1977), a taxa de salários não se altera, assim o salário do trabalhador tende a aumentar quando maior for a produção, maior o emprego da força de trabalho, elevando-se o montante dos salários. Sendo no D1 (Departamento 1) o departamento de bens de investimento, no D2 (Departamento 2) bens de consumo dos capitalistas e no D3 (Departamento 3) bens de consumo dos trabalhadores. A produção do D3 determinará o montante de salários, levando em consideração que os trabalhadores não poupam. Logo, maior esse montante maior a compra, determinando a produção do D2.

Conforme Miglioli (1977) acentua, supondo-se que o volume de salários depende da produção, logo, o D1 e o D2 são responsáveis pela produção como um todo, e do D3, no qual o D3 também dependerá destes últimos. Onde, acarretará na elevação da produção, no crescimento do volume de empregos e de salários. Portanto de forma sucinta, o investimento e o consumo dos capitalistas são determinantes para estabelecer o volume total de salários, porém,

Se essas duas grandezas determinam tanto os lucros como os salários, e sendo a renda nacional igual à soma de lucros e salários, então elas também determinam a renda nacional. Mas, é preciso observar, essa conclusão só é válida se supomos que a distribuição da renda entre salários e lucros não se altera. Para sermos mais exatos: o montante de salários e a renda nacional dependem não apenas do investimento e consumo dos capitalistas, mas também da repartição da renda entre salários e lucros na economia como um todo (MIGLIOLI, 1977. p.17).

Desta forma, Miglioli (1977) acentua que tanto o investimento quanto o consumo irão determinar os lucros, os salários, estes por sua vez irão estabelecer o nível de renda nacional. Se ocorrer uma elevação no D1 e no D2, conseqüentemente haverá um acréscimo por igual nos lucros, porém os salários somente terão expressão se houver elevação caso ocorra à distribuição da renda nos três departamentos.

Segundo Miglioli (1977), Kalecki argumenta sobre a importância da distribuição de renda para a determinação do produto nacional. Em uma economia em escala generalizada, a distribuição da renda compõe a intermediação da distribuição nos diferentes ramos produtivos. Para isso a

distribuição da renda necessita conter impacto sobre os fatores do grau de monopólio, da relação entre os custos dos insumos materiais e dos salários. Isso porque,

Na economia como um todo, a repartição da renda constitui a média ponderada da repartição nos diferentes ramos produtivos. E, em cada ramo, a distribuição é função de dois fatores: 1) o grau de monopólio e 2) a relação entre o custo dos insumos materiais e os salários. [...] Quanto maior o grau de monopólio, maior é o preço (e, dentro dele, o lucro) que uma indústria pode cobrar por sua mercadoria em relação ao custo de sua produção (onde se incluem o custo dos insumos e os salários); logo, maiores são os lucros em relação aos salários, isto é, maior é a participação dos lucros na renda gerada. [...] quanto maior o custo dos insumos em relação aos salários, e como os lucros são auferidos sobre a soma de insumos e salários, então maiores são os lucros em relação aos salários [...] (MIGLIOLI, 1977, p.17).

De acordo com Miglioli (1977), Kalecki elaborou uma teoria sobre a composição dos preços. Onde o elemento fundamental da distribuição da renda é o problema do grau de monopólio, em que alude toda a formação da teoria dos preços kaleckiana.

Assim,

O ponto fundamental dessa explicação da distribuição da renda é o problema do grau de monopólio, o qual implica toda uma teoria da formação dos preços. Por isso mesmo é que Kalecki, antes de formular aquela explicação, trata de estabelecer sua teoria da formação de preços. [...] Sua teoria é a seguinte: excetuando a agricultura (onde os produtos são pouco diferenciados e, a curto prazo, a oferta é rígida, e onde, portanto, os preços são determinados pela demanda), nos demais setores existe reserva de capacidade produtiva, e as empresas — seja pela concentração industrial ou seja pela propaganda, diferenciação real ou fictícia de suas mercadorias etc. — detêm poder sobre seus mercados para fixarem os preços de seus produtos. [...] Para isso, cada empresa toma por base seu custo médio de produção (insumos e salários) e acrescenta sua margem de lucro, levando em conta o preço médio das outras firmas. [...] Quanto maior o domínio sobre o mercado — isto é, o “grau de monopólio” — por parte de uma empresa, maior será o preço por ela fixado para seu produto em relação a seu custo médio e, portanto, maior será seu lucro (MIGLIOLI, 1977, p.17-18).

Desta maneira, de acordo com Miglioli (1977), a composição do Princípio de Demanda Efetiva em Kalecki, parte da importância fundamental do investimento para elaborar o problema da determinação do nível da atividade econômica. De tal forma, os lucros dos capitalistas em período de um ano são estabelecidos pelos gastos dos próprios capitalistas em investimento e consumo neste mesmo tempo. Isso também irá compor a distribuição da renda entre os lucros e salários e o montante do produto nacional.

No entanto,

[...] os lucros dos capitalistas como um todo num ano qualquer são formados pelos gastos dos próprios capitalistas em investimento e consumo nesse mesmo ano. [...] sendo dada a distribuição da renda entre lucros e salários, aquelas duas grandezas determinam também o montante de salários e o produto nacional. Assim, o investimento e o consumo dos capitalistas (juntamente com o déficit orçamentário do Governo e o saldo de exportações, que temos omitido para simplificar a exposição) constituem as variáveis fundamentais na determinação do nível da atividade econômica (MIGLIOLI, 1977, p. 18).

Segundo Miglioli (1977), Kalecki argumentava que o consumo dos capitalistas num ano qualquer depende dos investimentos efetuados em anos anteriores, isto é, contendo no seu núcleo a decisão de investir. Portanto,

[...] considerando a questão de modo dinâmico, isto é, ao longo do tempo, a variável realmente estratégica é o investimento. É essa variável que determina o nível da renda nacional num dado ano e suas variações (ciclos e crescimento) no decorrer do tempo. As relações entre a renda nacional (tanto seu nível como sua variação) (MIGLIOLI, 1977, p. 18).

Outro aspecto importante, segundo Migoli (1977), será que na concepção de Kalecki a taxa de juros assume uma importância na construção da formação do investimento. Ele faz a separação da taxa de juros em longo prazo e a taxa de juros em curto prazo. De certo, Kalecki fez esta separação porque no seu pensamento porque os empréstimos para investimentos são efetuados a taxa de juros em longo prazo.

Por Miglioli (1977),

A conclusão de Kalecki é a seguinte: as taxas de curto prazo apresentam grandes oscilações, mas as de longo prazo (as que efetivamente importam no problema em pauta) permanecem relativamente estáveis durante períodos de tempo razoavelmente longos (por exemplo, no decorrer de todo um ciclo econômico de oito a dez anos) e, portanto, têm muito pouca influência no processo de investimento (MIGLIOLI, 1977, p. 18).

Dessa forma ainda sobre esses determinantes do investimento, vale ressaltar que o capital empresarial como limite do investimento também compõe o ciclo do investimento em Kalecki. Para Miglioli (1977), Kalecki destaca que o investimento em sua totalidade é realizado por pessoas que detenham capital.

De acordo com Miglioli (1977) a domínio de capital por parte de uma empresa para Kalecki ocorre, porque

A propriedade de capital por parte de uma empresa — o capital empresarial — é que limita o montante de investimento que a empresa pode efetuar. E isso por dois motivos: 1) quanto maior for seu capital próprio, a empresa terá maior acesso ao mercado de crédito, isto é, poderá obter maiores empréstimos para investimento; 2) dado o grau de risco assumido pela empresa, o montante de empréstimos que ela pode tomar para investimento vai depender de seu capital próprio (MIGLIOLI, 1977, p. 18-19).

Diante disso, por Miglioli (1977),

Trata-se, nesse segundo caso, da aplicação daquilo que Kalecki denominou (em estudo anterior) de “princípio do risco crescente”: ao tomar empréstimos para investimento, o risco assumido pela empresa, em caso de fracasso, será tanto maior quanto maior for o valor dos empréstimos em relação ao valor de seu capital próprio. Assim, com um mesmo grau de risco, as empresas maiores podem recorrer a mais empréstimos do que as empresas menores (MIGLIOLI, 1977, p. 19).

De acordo com Miglioli (1977), Kalecki destacou que os determinantes do investimento, no qual o investimento se refere apenas à acumulação de capital fixo. No qual, a composição do

montante em certo período irá depender firmemente da disposição de recursos financeiros próprios dos capitalistas, da variação dos lucros e da variação no estoque de capital fixo. Todavia, introduz-se outro elemento, no decorrer do seu amadurecimento teórico, o progresso técnico. Este é introduzido na equação dos determinantes do investimento, como elemento que decorre da variação do ciclo.

Por Miglioli (1977), em síntese,

O investimento se refere apenas à acumulação de capital fixo. Seu montante, num dado momento, depende de três “fatores”: a disponibilidade de recursos financeiros próprios, a variação nos lucros e a variação no estoque de capital fixo. [...] Além dessas três variáveis, na equação dos determinantes do investimento é incluído um outro fator, considerado relativamente constante ao longo do tempo; assim, independentemente das três variáveis, haveria sempre um certo montante de investimento decorrente desse fator, o qual refletiria a soma de outras diversas influências — principalmente das inovações tecnológicas — sobre o processo de investimento (MIGLIOLI, 1977, p. 19).

Segundo Miglioli (1977), os recursos financeiros são estabelecidos pela poupança brutas das empresas<sup>2</sup> e pela poupança pessoal dos proprietários. Desta forma, será permitido os capitalistas disporem de recursos para investimento sem precisarem a recorrer ao mercado de capitais por período curto. Para o autor aqui citado, destaca-se que na construção teórica de Kalecki argumenta-se que quanto maior o volume de recursos, maior o montante do investimento<sup>3</sup>.

De acordo com Miglioli (1977), para Kalecki o investimento efetuado pelas empresas num dado momento pode ser menor, igual ou maior do que o volume de seus recursos financeiros próprios, dependendo do desempenho dos outros dois “fatores” no momento anterior, sendo: a elevação dos lucros que influencia positivamente e onde o aumento do estoque de capital fixo tem uma influência negativa.

De tal maneira,

A simples expansão dos lucros não basta para justificar o investimento; se, no momento anterior, as empresas tinham capacidade ociosa mas, apesar disso, o estoque de capital cresceu, então no momento presente elas não precisam investir apenas porque a produção e, com esta, o volume de lucros aumentaram: no momento presente elas podem continuar a produzir mais, sem ampliar seu capital fixo (isto é, sem investir), simplesmente aproveitando-se da capacidade ociosa existente. Em suma, é preciso levar em conta a variação tanto do lucro como do estoque de capital fixo (MIGLIOLI, 1977, p. 19-20).

Miglioli (1977) também destacava que o próprio Kalecki ao longo do seu desenvolvimento acadêmico sobre sua teoria teria reconhecido que a mesma se contra cheia de equívocos. Porém isso não é algo que devemos abraçar e tornar como relevante. O pilar sobre a história de Kalecki e a sua

---

<sup>2</sup> Miglioli (1977) salienta que para Kalecki são os lucros brutos não distribuídos que cada empresa detém.

<sup>3</sup> De acordo com Miglioli (1977), Kalecki destacava na construção de sua teoria que “quanto maior o volume desses recursos, maior deve ser o montante do investimento; primeiro, porque as empresas não podem deixá-los simplesmente ociosos e, portanto, tendem a convertê-los em investimento; segundo, porque eles aumentam o capital próprio das empresas [...], assim, ampliam o acesso ao mercado de capitais”. (MIGLIOLI, 1977, p. 19)



contribuição para a história do pensamento econômico e como isso levou a outro tipo de debate/pensamento econômico após a crise de 1929.

Sendo assim,

Essa teoria apresenta diversos pontos fracos, entre os quais dois merecem destaque: 1) a influência do progresso técnico não é ressaltada, permanecendo embutida numa constante adicionada à equação dos determinantes do investimento; 2) não se explica por que os capitalistas continuam a investir (a ampliar seu capital fixo) apesar da existência de considerável margem de capacidade produtiva ociosa. [...] Kalecki está ciente das deficiências de sua teoria, e por isso mesmo continuou a estudar o problema. Poucos anos antes de sua morte, publicou um trabalho onde apresentou uma nova explicação dos determinantes do investimento, eliminando aqueles dois pontos fracos (MIGLIOLI, 1977, p. 20)

Desta maneira, Miglioli (1977), ressalta que Kalecki introduziu uma nova concepção sobre os determinantes do investimento. Incorporando-se o progresso técnico como elemento determinante de atuação sobre alavancagem do investimento.

Certamente,

[...] o estímulo ao investimento decorre da concorrência entre os capitalistas: um capitalista é levado a introduzir inovações tecnológicas e, portanto, a investir (visto que as inovações estão embutidas nos novos equipamentos de capital), apesar da existência de capacidade ociosa, para captar lucros auferidos por seus concorrentes [...] (MIGLIOLI, 1977, p.21).

De acordo com o Miglioli (1977), o problema dos ciclos, relacionado ao dos determinantes do investimento, fora o que mais despendeu esforços no sentido intelectual de Kalecki em todo momento da sua vida. Publicou-se uma grande quantidade de trabalho sobre o tema, onde elaborou muitos modelos de ciclos econômicos. Porém Kalecki não tinha a preocupação encontrar explicações mais realistas sobre os ciclos.

Todavia, Miglioli (1977) salienta que os primeiros modelos construídos por Kalecki adotam a hipótese de “ciclos puros”, no qual são ciclos desprovidos de tendência, estes em seu corpo se apresentavam sobre as flutuações da produção estabelecendo-se sobre uma linha horizontal.

De certo, segundo Miglioli (1977), em seu livro *Studies in Economic Dynamics* (1943), Kalecki leva em consideração a tendência, e essa nova forma de enfoque foi aprimorada na Teoria da Dinâmica Econômica. Mas, Kalecki continuou insatisfeito por não ter integrado o ciclo e o crescimento econômico num único modelo, no qual esse era seu objetivo. Logo, passando a apresentar uma nova formulação denominada de Tendência e Ciclo Econômico (1968).

Em suma Miglioli (1977) argumenta que Kalecki salientava,

Eu mesmo abordei esse problema em minha Teoria da Dinâmica Econômica e em minhas ‘Observações sobre a Teoria do Crescimento’ de um modo que agora não considero inteiramente satisfatório: comecei desenvolvendo uma teoria do ‘ciclo econômico puro’ numa economia estacionária e depois modifiquei as respectivas equações para introduzir a

tendência. Com essa separação das influências de curto e longo prazos, deixei de levar em conta certas repercussões do progresso técnico que afetam o processo dinâmico como um todo. (KALECKI, 1977, p. 21-22).

De acordo com Miglioli (1977), Kalecki no primeiro momento da equação dos determinantes do investimento, onde a poupança interna bruta das empresas, o aumento dos lucros e o aumento do estoque de capital fixo, levam-no a derivar a equação do ciclo econômico. Porém, sente-se obrigado a introduzir um novo elemento latente que o inquietava, no qual são as inovações tecnológicas. Onde se finaliza passando a incluir a variável progresso técnico como principal na equação do determinante do investimento. E será daí que o próprio obtém tanto a equação do ciclo como a da tendência ao ciclo econômico no seu pensamento.

Enfim, de acordo com Miglioli (1977), Kalecki reformulou ao longo de sua vida diversos modelos que o levaram ao debate sobre os ciclos econômicos. Entretanto, no seu pensamento a variável estratégica é o investimento para destacar as flutuações no nível de atividade econômica. É a variável investimento no processo de efeito multiplicador que determina os gastos no volume geral (Demanda Efetiva) e conseqüentemente na renda nacional em certo período de tempo. Também será a variável investimento que amplia a capacidade produtiva possibilitando o crescimento econômico ao longo prazo. E provocará em sua essência as oscilações que criam os ciclos econômicos.

De tal modo,

É essa variável que, adicionada ao existente estoque de capital, amplia a capacidade produtiva e permite o crescimento econômico de longo prazo. Por fim, é essa variável que, com suas oscilações, gera os ciclos econômicos. E suas oscilações decorrem do caráter sui generis do investimento; como escreveu Kalecki em 1939. “Vemos que a pergunta ‘Que causa as crises periódicas?’ poderia ser respondida brevemente: é o fato de que o investimento não apenas é produzido mas também é produtor. O investimento considerado como despesa é a fonte de prosperidade, e cada aumento dele melhora os negócios e estimula uma posterior elevação do investimento. Mas, ao mesmo tempo, cada investimento é uma adição ao equipamento de capital, e desde logo compete com a geração mais velha desse equipamento. A tragédia do investimento é que ele causa crise porque é útil. Sem dúvida, muitas pessoas considerarão paradoxal essa teoria. Mas não é a teoria que é paradoxal, e sim seu objeto: a economia capitalista” (KALECKI, 1977, p. 22).

## **A LEI DE SAY, SUAS IMPLICAÇÕES E O ROMPIMENTO COM O PENSAMENTO ORTODOXO**

De acordo com Miglioli (2004), Kalecki em seus primeiros estudos já havia destacado o problema de Demanda Efetiva. Isso porque na literatura marxista, no qual ele teve bastante contato, o problema se tratava da realização da produção, ou seja, “o problema da demanda efetiva era então conhecido como o problema da realização e como o problema dos mercados<sup>4</sup>” (MIGLIOLI, 2004, p. 11-12).

---

<sup>4</sup> Miglioli (2004) destaca que o problema dos mercados foi amplamente debatido no fim do século XIX pelos marxistas russos, e no início do século XX pelos marxistas de língua alemã.

De acordo com Miglioli (2004), Kalecki observava durante a grande crise de 1929, que a produção decrescia e que havia equipamento de capital e força de trabalho satisfatória para que a economia operasse em nível elevado. Assim, o único argumento disponível para explicar a queda de produção seria perante a realização da produção, no qual não estava a encontrar mercados para absorvê-la de forma adequada.

Segundo Miglioli (2004), o pensamento Ortodoxo e os aptos as ideias de Say, tentaram achar explicações para a grande crise de 1929-1933. Porém, nenhuma das explicações e métodos aplicados pelos economistas ortodoxos foi capaz de remediar as altas taxas de desemprego, a queda do nível de atividade, dentre tantas outras mazelas que a crise proporcionava para a década.

Miglioli (2004) afirmou que durante muitos anos a influência do pensamento de Say (Jean-Baptiste Say) exerceu sobre a evolução do pensamento econômico forte domínio. De tal modo, que se perdurou sobre décadas os princípios inquestionáveis da Economia Política Clássica, e logo mais tarde passando-se incorporar a Economia Neoclássica.

De acordo com Gennari & Oliveira (2009), Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um economista francês, no qual a sua principal obra *Traité d'économie politique (1803)*<sup>5</sup>, desempenhou papel crucial para a criação e perpetuação do pensamento ortodoxo na história do pensamento econômico.

Segundo os autores Gennari & Oliveira (2009), de forma sucinta Say argumentava que “a produção não é uma criação de matérias, mas uma criação de utilidades” (GENNARI & OLIVEIRA, 2009, p. 91). Desta maneira, serão pautados os argumentos sobre a teoria do valor em Say, ou melhor, a teoria da utilidade de Say.

Nessa ótica, em acordo com Gennari & Oliveira (2009), a composição resumida das ideias de Say, prevalece no sentido que,

Na teoria da utilidade de Say, ao consumidor é atribuída uma importância crucial, pois a demanda é determinante para o estabelecimento do equilíbrio econômico e a procura é o que define o que deve ser produzido. Os indivíduos vão ao mercado com o objetivo de maximizar sua utilidade e trocam os bens necessários por seu trabalho ou serviço, terra ou seu capital. O empresário, por sua vez, ocupa um lugar de destaque na sociedade, na medida em que está sempre se esforçando para atender à oferta desejada pela demanda e, assim, maximizar seu lucro. Nesse quadro teórico, o Estado não tem papel determinante algum, apenas deve abster-se de intervir no livre jogo das forças de mercado, ou seja, da oferta e da procura, que, se deixadas livremente, irão necessariamente estabelecer e manter o equilíbrio econômico (GENNARI & OLIVEIRA, 2009, p. 92)

Segundo os autores Gennari & Oliveira (2009), Say parte dos pressupostos que a economia esteja em equilíbrio. E que as crises são fenômenos que nascem do desequilíbrio do mercado,

---

<sup>5</sup> Jean-Baptiste Say - Tratado de Economia Política publicado em 1803.

devido à intervenção, ou não funcionamento deste equilíbrio. E que toda poupança significa investimento, por fim o dinheiro contém mera função de troca, onde o seu papel é facilitar as transações.

De acordo com Rubin (2014), Say ao publicar *Traité (1803)* obteve enorme prestígio e sucesso. Onde passou a difundir as ideias de Smith de uma forma completamente diferente e rasa. Tal que,

Seu *Traité d'économie politique*, publicado em 1803, obteve várias edições e gozou de enorme sucesso. Uma superficialidade de ideias, clareza de construção e estilo fluente tornavam o livro acessível a um amplo círculo de leitores. Say ajudou muito na difusão das ideias de Smith (mesmo que numa versão distorcida) por todo o continente europeu e ainda em vida foi considerado um dos maiores economistas de seu tempo. Essencialmente, porém, Say foi um estudioso extremamente superficial, e seu único mérito foi ter fornecido uma exposição popular das ideias de Smith (RUBIN, 2014, p. 369).

Segundo Rubin (2014), as teses de Say são que o “valor é confundido com a riqueza; o valor é criado por trabalho, natureza e capital; a soma de salários, lucro e renda constitui o valor de um produto”. (RUBIN, 2014, p. 370). A grandeza do rendimento (soma dos custos de produção) estabelece a grandeza da composição do valor. Assim, “a utilidade das coisas é o fundamento do seu valor – a magnitude da utilidade subjetivamente reconhecida de um artigo determina a magnitude de seu valor de troca objetivo”. (RUBIN, 2014, p. 370).

Para Rubin (2014), Say estava extremamente equivocado ao confundir o valor com o valor de uso, rejeitando assim o que seria desenvolvido mais tarde por Marx de valor-trabalho. A doutrina de Say que postulava os três fatores produção<sup>6</sup>, ou serviços produtivos: o trabalho, o capital e a natureza (renda da terra), tornaram-se aceitas para a ciência burguesa obtendo sucesso e propagação por décadas.

Logo, de acordo com Rubin (2014), a teoria de Say,

Prometia fornecer uma justificativa para o lucro e a renda como rendimentos não adquiridos [...] e demonstrar a ilegitimidade das reivindicações dos trabalhadores por uma participação no produto além de seus salários (uma vez que o trabalho cria apenas o seu valor de seus salários e não totalidade do valor do produto) (RUBIN, 2014, p. 371).

Em virtude disso, para Rubin (2014), a teoria de Say, determina que o capital ao render juro, conseqüentemente, o juro é criado pelo capital. O valor e o juro são determinados diretamente pelas

---

<sup>6</sup> De acordo com Rubin (2014) para Say o seu único argumento que o capital cria valor é atribuído ao fato de que ele rende uma forma especial de rendimento, o juro. “Assim, existem três fatores de produção: o trabalho, o capital, e a natureza (terra). No interior do processo produtivo, pelo qual (com exceção daqueles serviços que a natureza presta gratuitamente) seu possuidor recebe uma remuneração ou rendimento (salários, juro e renda). Essa recompensa é extraída do valor do produto: cada um desses possuidores recebe aquela porção do valor que foi criada pelo fator de produção que lhe pertence. O trabalho cria salários (isto é, a porção do valor do produto que é igual a salários), o capital cria juro e a terra cria a renda. Quando somadas, a quantia total desses três rendimentos determina o tamanho do valor do produto inteiro”. (RUBIN, 2014, p.371)

“coisas”. Não há na sua concepção uma conexão entre o valor e o juro de um lado e o trabalho humano e as relações de produção entre as pessoas por outro.

Portanto, segundo Miglioli (2004), o princípio formulado por Say<sup>7</sup> de forma sumaria considera que as mercadorias são trocadas entre si (de forma conjunta está à força de trabalho como mercadoria), onde coloca o processo de circulação da produção conjuntamente por uma análise do todo. Em fim tem-se que há troca de produtos por produtos, dinheiro como mero meio de troca.

Conforme as colocações de Miglioli (2004), pode se apresentar por uma análise através da economia neoclássica a seguinte aplicação da Lei de Say: de um lado estão as empresas produtoras de bens e serviços (operando como se fossem autossuficientes); de outro lado, os proprietários dos “fatores de produção” (donos do capital, proprietários do fator trabalho), estes por sua vez vendem as empresas os seus “serviços de seus fatores”. No qual, recebem um pagamento em troca disso, onde é a renda desses proprietários. Sendo assim, os proprietários dos fatores de produção adquirem os bens e serviços criados pelas empresas.

Diante disso, para Miglioli (2004),

Em termos monetários, as rendas pagas pelas empresas são iguais às receitas das empresas; ou, visto de outro ângulo, são iguais às receitas das empresas; ou, visto de outro ângulo, são como as rendas recebidas das empresas que “os proprietários de capital e trabalho” pagam a elas pelos bens e serviços que eles compram; ou, em suma, as rendas dos capitalistas e trabalhadores são trocadas pelas receitas das empresas. Em termos reais, os serviços de fatores são trocados pelos bens e serviços produzidos pelas empresas. Nesse caso, computando se tanto os “bens de serviços” como os “serviços de fatores” na categoria geral de mercadorias. E podemos concluir também que quanto mais às empresas produzirem, maior será o volume de rendas e, conseqüentemente, maior será o volume de vendas das empresas para os “proprietários de fatores”; em outras palavras, a produção estará gerando sua própria demanda (MIGLIOLI, 2004, p. 28).

Segundo Miglioli (2004), a lógica de troca de produtos por produtos da lei de Say, leva a colocar em destaca que a função do dinheiro como dito antes, seja apenas de mero meio de troca. Ao ser colocado isso, não exercerá influencia no processo de circulação e no processo de produção. Onde, “o fluxo de transações em termos monetários pode ser deixado de lado, como sendo simples reflexo do fluxo real que se dá na troca entre os produtos” (MIGLIOLI, 2004, p.29).

De acordo com Miglioli (2004), para Say o objetivo final de um produtor é obter um bem final, porém não como fim de consumo. Por esse motivo, vende-se essa mercadoria porque ele

---

<sup>7</sup> De maneira, em acordo com Miglioli (2004), a longa vida da lei de Say, onde seu maior postulado está cravado sobre a “Lei de Say”, ou “Lei dos Mercados” de Say, no qual é de forma singular será que para todo mercado existe uma criação de demanda, ou melhor, “a produção cria sua própria demanda”. Isto se perdurou por décadas o desenvolvimento da Ciência Econômica no viés da linha Ortodoxa, onde David Ricardo (1772-1823) um dos principais economistas conteve forte influencia aceitando e passou aplica-la na sua elaboração teórica.

denomina esse valor de “perecível”. Todavia, se o produtor vender tal mercadoria, logo adiante se compra outra. Para Say significa que o valor da mercadoria como o do dinheiro é “perecível”.

Logo, de acordo com Miglioli (2004), Say parece está se referindo a uma sociedade simples. Onde, os produtores são obrigados a trocar a produção por obtenção de outros produtos. No qual o dinheiro não exercendo nenhuma função na circulação e no processo produtivo, levando-se a conclusão do postulado de Say, necessariamente a afirmação que “a criação de um produto imediatamente abre um mercado para outros produtos”(MIGLIOLI, 2004, p. 31).

Para Miglioli (2004), Say ao destacar a função do dinheiro como meio de troca perecível. Também se levou a concluir que o mesmo é gasto de forma imediata. Certamente, o produtor aqui não desejava conservá-lo em sua propriedade, levando adiante a conclusão que o dinheiro tem como papel mero instrumento de troca, assim, este cria problemas para a circulação das mercadorias.

De tal forma, para Miglioli (2004), a igualdade entre produção e demanda de acordo com a lei de Say, colocou-se que um produtor ao criar determinada quantidade de bens e serviços de algum valor, está de forma automática criando também para si um possível poder de compra de mesmo valor. Por conseguinte, ao vender produtos, haverá uma geração de um montante de dinheiro igual ao valor daquela venda. Porém, não se pode afirmar que o poder de compra será realizado. No entanto, quando surgir um segundo produtor, onde ele poderá vender mercadorias para o primeiro, logo, a produção deste primeiro não terá criado sua demanda.

Sendo assim, de acordo com Miglioli (2004), “assim, para que a demanda efetiva seja igual à produção, é preciso que o poder de compra gerado por esta última seja realmente utilizada [...]”. (MIGLIOLI, 2004, p. 33). Nessa visão, têm-se as condições de “uma demanda potencial [...] ilimitada e a inexistência de entesouramento”. (MIGLIOLI, 2004, p. 33). Onde uma resposta, de acordo com Miglioli (2004), foi adotada pela economia política ortodoxa até a grande crise de 1929 eclodir.

Segundo Miglioli (2004) a afirmação da Lei de say que “a produção gera sua própria demanda”, perpetra com que a demanda<sup>8</sup> seja ilimitada. Reafirmando que,

A demanda por um tipo específico de bem pode estar satisfeita, mas existirá sempre uma demanda insatisfeita por outro tipo de produto. Assim, com relação à demanda por um determinado bem, pode haver um excesso de produção; mas, em contrapartida, haverá uma deficiência de produção de inúmeros outros bens para os quais existe demanda. Deste argumento resulta que embora possa haver um excesso de produção, isto acontece apenas para certos tipos de mercadorias e em caráter temporário. [...] O argumento de que a demanda é ilimitada (ou, seja de que a demanda efetiva só é limitada pela produção) é

---

<sup>8</sup> O termo demanda aqui usado, de acordo com Miglioli (2004), está associado e faz referencia a demanda potencial e a demanda efetiva.

essencial. É isso que assegura a <sup>9</sup>inexistência de um excesso de produção, um abarrotamento de mercadorias não vendidas. (MIGLIOLI, 2004, p.35)

Desta maneira, segundo Miglioli (2004), será isso que levará a cometer equívocos diante da grande crise de 1929. Ao permitir que em uma sociedade possa ter o poder de compra na aquisição de quaisquer bens e serviços. Ou seja, se uma mercadoria A, não poder ser comprada, logo mais poderá ser comprada a mercadoria B ou qualquer outra. Sendo assim, a ideia errônea de que “todo o poder de compra de uma sociedade, gerado pela produção total desta mesma sociedade, será aplicado na aquisição desta mesma produção” (MIGLIOLI, 2004, p. 35).

Além desse argumento, Miglioli (2004) destaca a inexistência de entesouramento por influência do pensamento sobre as ideias da “Lei de Say”, ou também denominada de “lei de preservação do poder de compra”. Isso porque um sujeito pode usar seu dinheiro de três maneiras: primeiro comprando bens de consumo, segundo comprando bens de capital e terceiro poupando.

Portanto, de acordo com Miglioli (2004), a inexistência de entesouramento de dinheiro, conclui-se que o indivíduo emprega parte da sua renda para consumo, na qual a outra parte restante é poupada. Mas essa poupança “não significa entesouramento, isto é, não significa que o indivíduo a mantenha sem utilização”. (MIGLIOLI, 2004, p. 36). Significa que para o pensamento ortodoxo que perdurou até a crise de 1929, o dinheiro ali restante da renda é empregado para acumular capital, ou será emprestado para outra pessoa sobre a penalidade de um rendimento, no qual há causalidade para uso.

Logo,

[...] o poder de compra só pode ser criado pela produção e, assim, seu valor não pode ser criado pela produção e, assim, seu valor não pode ser superior ao valor da produção; agora, depois de criado, o poder de compra também não pode ser diminuído. Ele poderia ser reduzido se alguém deixasse de gastar o dinheiro auferido no processo de produção. Mas isso – segundo os adeptos da “lei de Say” – não acontece. Um indivíduo gasta seu dinheiro na compra de um ou outro bem e, se não gastar, outra pessoa o faz por ele, recebendo o dinheiro por empréstimo (MIGLIOLI, 2004, p. 37).

Contudo, Miglioli (2004) reintegra que se manteve ao longo dos anos, necessariamente até a grande crise de 1929, o argumento que o poder de compra é transferido de um indivíduo para o outro. No qual, também se pode destacar que o mesmo pensamento aconteceria com as despesas do Estado, através da tributação/empréstimos dos indivíduos para o Governo. Será dessa forma que a referida Lei de Say não conseguirá apalpar firmemente que o poder de compra (a demanda efetiva) possa sofrer alterações expressivas positivamente ou negativamente sem que haja dilatação do valor da produção em nível total.

---

<sup>9</sup> Assim, Miglioli (2004), coloca que o poder de compra criado pela produção será aplicado nesta mesma produção, desta maneira não é colocado o peso de como será realizada essa produção, ou até mesmo, se há efetivo comprador da produção criada.

Enfim, a síntese de Possas e Baltar (1981), destaca que refutar a Lei de Say consiste em demonstrar que existe uma diferença entre a renda e despesa. E principalmente no recorte de que a produção e a realização da produção são de atuações distintas mesmo que uma dependa e tenha relação direta uma com a outra. Por sua vez, a produção só será capaz de criar uma renda análoga se integralmente realizada, ou seja, no final da análise, será a realização e não a produção como protagonista responsável pela criação do poder de compra.

## **OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DA GRANDE CRISE DE 1929**

De acordo com Galbraith (2010) antes que a crise de 1929 pudesse eclodir no mundo, o mesmo perpassa por uma fase de ascensão. Em outras palavras a produção e o emprego eram elevados, os salários se elevam em porcentagem positiva e os preços se mantinham estáveis. Portanto, na década de 1920 nos Estados Unidos foi bastante positiva<sup>10</sup>.

Keynes (2009) em seu artigo “A GRANDE CRISE DE 1930” diagnosticado apenas como um ensaio publicado sob a forma de dois artigos nas edições de 20 e 27 de Dezembro de 1930 do seminário *Nation and Athenaeum*, salientou que o mundo estava a iniciar a apreciação de um dos maiores desastres econômico da história moderna.

Os acontecimentos contemporâneos assumiam uma onda complexa de riscos e eram demasiado angustiantes para todas as classes. Keynes (2009) destacou que nos três países em destaque pós a primeira guerra mundial – Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha havia 10 milhões de trabalhadores desempregados. Não havia capacidade de expansão para as indústrias desses países. E no mesmo tempo os países que contêm uma base economia através de produtos primários, passam a vender a produção das minas e da agricultura a preços maiores, no qual não chegam a cobrir os custos médios, porém anos de 1929 alastrou em desordenar a rápida queda dos preços. Mas, somente será no ano seguinte que a produção cessará e o desemprego atingirá níveis preocupantes.

Nos três principais países industrializados do mundo – Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha – há 10 milhões de trabalhadores inativos. Praticamente não há, seja onde for, uma única indústria importante que aufera lucros suficientes para se expandir que é o critério do progresso. Ao mesmo tempo, nos países em que predomina o sector primário, a produção das minas e da agricultura está à venda, e isto para muitos ou para a maioria dos produtores, não cobrem os custos. Em 1921, quando os preços sofreram uma descida equivalente, esta deu-se a partir de um nível de alta atividade em que os produtores estavam a fazer lucros anormalmente elevados, e não há exemplo na história moderna de tão grande e rápida queda dos preços a partir de um valor normal como a que ocorreu no ano passado.

---

<sup>10</sup> Segundo Coggiola (2015) o epicentro da crise de 1929 foi os Estados Unidos da América (EUA). Naquele momento os EUA alcançavam uma total ascensão como potência do modo de produção capitalista. Todavia, “entre 1870 e 1929, o produto industrial dos EUA quadruplicou: massas enormes de capitais e tecnologia avançada explicam isso” (COGGIOLA, 2015, p. 1).



Daí, a dimensão da catástrofe. [...] o tempo decorrido entre o momento em que cessa a produção e aquele em que o desemprego atinge o seu máximo é muito maior no caso dos produtos primários, do que no caso da indústria transformadora (KEYNES, 2009, p. 168).

As dificuldades sociais da grande crise de 1929 atuavam de forma diferente nos países afetados por esta mesma. Sendo assim, Keynes (2009) destaca que os problemas sociais causados pelo desemprego são maiores nos países de base primária isso porque “os problemas financeiros de uma cessação da produção primária são mais graves nos países onde essa produção primária representa quase um todo o sustento do povo” (KEYNES, 2009, p. 169).

Keynes (1929) apontou que o clima de depressão nos negócios fazia-se presente assombrando a todos. Havia uma indiligência para a produção de novos bens de capital no mundo. Todavia, os empréstimos efetuados não estavam a encontrar ambiente que favorecesse a sua quitação, por sua vez as taxas estavam elevadas de forma desordenada. Entretanto, a queda dos preços fora inevitável e desastrosa, “para quem tenha contraído empréstimos e uma pessoa que tenha adiado o lançamento de uma nova empresa ganhou com a demora” (KEYNES, 2009, p. 174).

De acordo com Coggiola (2015) a depressão que se alastrou sobre a década de 1930 impulsionando as altas taxa de desemprego, a queda do PIB (Produto Interno Bruto) em muitos países. Na produção industrial ocorreram quedas como também nos preços de ações e títulos públicos. O comércio mundial expressamente decaiu durante esse período de recessão. Por sua vez cada país das grandes economias em nível mundial procurou se isolar formando o que mais tarde viria a serem os blocos econômicos.

Coggiola (2015) salienta que após o fim da primeira guerra mundial os EUA desenvolveram acumulo de capital para que o fluxo de capitais pudessem ser positivo. No qual a poupança nacional e as rendas dos saldos comerciais eram superavitários durante esse processo. Certamente,

A prosperidade atingiu seu ápice com o término da Primeira Guerra Mundial, houve um forte acúmulo de riqueza e o fluxo de capitais era grandioso, oriundo da poupança nacional e das rendas dos saldos comerciais superavitários durante a guerra (obtidos pela venda de armas à Europa), além de empréstimos de capitais aos europeus. Com o excesso de liquidez, os bancos reduziram sua restrição creditícia para concessão de empréstimos e fizeram o capital girar na forma de novas empresas, abertas aos milhares por jovens ex-soldados ambiciosos e motivados. Rapidamente se fizeram fortunas e começou a surgir uma numerosa classe média tipicamente urbana. A urbanização acelerada ocorreu graças ao complexo sistema de redes de transportes de massas, ao crescimento do setor de serviços, principalmente na área de seguros e finanças, que demandam uma mão-de-obra tipicamente urbana; os principais focos de urbanização se localizavam na Costa Leste, que também se mostrou um centro produtor da indústria automobilística (COGGIOLA, 2015, p. 1).

Assim, de acordo Coggiola (2015) o desenvolvimento dos EUA também esteve vinculado aos desenvolvimentos de inovações na produção. Um ótimo exemplo destacado é o “fordismo”, fazendo que o crescimento da produtividade e de inventos tornando-os acessíveis a uma parte da

população. Nesse panorama que a indústria química cria elementos diversos, como os postos de gasolina, dentre outros. Será nesse momento que o consumo das classes (principalmente da classe média) que também se elevaram via aquisição e melhora de produtos de consumo no país. Destaca-se que a partir de 1914 em muitos países os preços estavam a ser expressos deligados do ouro. Em quanto nos EUA ainda se mantinham expressos em moeda-ouro. Desta maneira em 1919 houve elevações intensas sobre os preços internos, no qual os preços-ouro estavam tendendo uma queda.

Será nesse sentido que “a bolha especulativa dos preços” fará seu sinal de fogo, de acordo com Coggiola (2015). Em análises conjunturais, a partir de março de 1928, começou-se o *boom* “puramente especulativo”. Logo, “a lei da oferta e da procura rege a Bolsa, mas John K. Galbraith afirmou que a influência de algumas grandes firmas foi decisiva” (COGGIOLA, 2015, p. 3). As corretas especulativas encontravam apoio nos ombros dos “homens de negócios” permanecendo em alto por algum tempo. Todavia, a festa da especulação não durou muito. Devido “a crise de 1929 foi, portanto, uma “crise anunciada” (COGGIOLA, 2015, p. 4). Como houve um aumento da demanda pós a primeira guerra mundial, consecutivamente entre meados dos anos de 1925-1929 a baixa dos preços era constante, seguindo de um rumo catastrófico.

No entanto se na década de 1920 a prosperidade dos EUA continha elementos da redução do controle estatal<sup>11</sup>. Onde a posição hegemônica que os EUA ocupara desencadeou-se na fomentação do seu crescimento interno, conforme Coggiola (2015) salienta. Desta maneira, destacara-se ainda que o país contivesse em sua responsabilidade 42,2% da produção mundial de produtos industrializados. Sendo este o primeiro em produzir carvão, eletricidade, petróleo, aço e ferro fundido. Isso se possibilitou a acumulação via superávits nos seus balanços de pagamentos devido à condição positiva do saldo da balança de exportação mundial, cujas suas exportações lideravam mundialmente. Se de um lado a expansão possibilitava a acumulação de capital interna, por outro lado fomentava-se o consumo baseado em mudanças no padrão de vida moderno. Assim, em 1918 a 1928 o quadro com crédito fácil possibilitava o acesso ao consumo que com desenvolvimento combinado possibilitou o *boom* produtivo norte-americano.

Assim, evidencia Coggiola (2015) que a fase de prosperidade do capital norte-americano sucedeu-se para a expansão grandiosa da própria exportação de capital estadunidense<sup>12</sup>. Será nesse

---

<sup>11</sup> Segundo Coggiola (2015) a prosperidade dos EUA tinha características específicas: a redução do controle estatal sobre a economia encaminhou para o renascimento do liberalismo econômico; “o aumento da taxa de acumulação de capitais, o crescimento demográfico (de 106 milhões para 123 milhões de habitantes, em que pese à limitação da imigração), o estímulo à expansão do crédito”. (COGGIOLA, 2015, p. 3)

<sup>12</sup> Conforme Coggiola (2015) a situação de passagem do país de devedor para credor, fez com que os EUA rapidamente realizassem investimentos no exterior no qual não houve paralelo na prática de qualquer país credor. “Grande parte disso tomou a forma de investimento direto através, ou sob controle, de companhias norte-americanas; três bilhões de dólares foram investidos no decorrer da década dessa forma”. (COGGIOLA, 2015, p. 4) Assim, em meados de 1920 os EUA ao se transformar em credor mundial subscrevendo mais de US\$ 5 bilhões em títulos estrangeiros. Em mesmo

momento de prosperidade do ciclo que as condições da recessão também se nascem. Isso porque as desigualdades se aprofundaram, o crescimento do mercado não acompanhava o ritmo da produção, a acumulação de estoques (no qual a comercialização somente via recurso) tornara-se mais intensa, houve-se o financiamento do consumo e são estes os pontos que continham problemas estruturais de difícil medicação. Todavia, “a baixa taxa de lucros, o alto grau de concentração de renda, razoável nível de desemprego” (COGGIOLA, 2015, p. 4), são elementos que dariam à origem a crise econômica mundialmente.

Coggiola (2015) salienta nesse sentido, os investimentos externos norte-americanos<sup>13</sup> não permaneceram em alta. Onde influenciou negativamente a política monetária e o saldo da balança comercial. Tendo que “quando o craque chegou à indústria americana, o colapso da produção se mostrou correspondentemente mais severo do que a média mundial, incluída a Europa.” (COGGIOLA, 2015, p. 4). De certo, “a crise de superprodução” norte-americana viu-se o seu quadro mudar, quando as nações europeias diminuíram a importação do consumo dos produtos industrializados e agrícolas estadunidenses. Este fator fez com que o saldo da balança comercial decaísse e as indústrias norte-americanas aumentassem os seus estoques de produtos sendo que a venda não se realizava como antes. Muitas dessas empresas cujos estoques estavam abarrotados, em melhor análise, grande parte dessas empresas possuíam ações na Bolsa de Valores de *New York*, no qual, havia milhões de norte-americanos tinham investidos em ações devido ao *boom* financeiro.

Será a partir de 1925, segundo Coggiola (2015) que os salários da população norte-americana passariam a permanecer em defasagem. Consequentemente, a desaceleração da indústria e da agricultura exerceu papel no nível crescente de desemprego. Tal modo, no momento em que os países europeus passaram a concorrer no mercado internacional após a recuperação destes, os EUA viu-se a abundância dos consumidores externos e internos mudando completamente para a fase de declínio dos produtos, delineando o trajeto sórdido da crise de superprodução.

Em 1929, de acordo com Coggiola (2015) as ações que continuavam a flutuar sem perspectiva, estenderam-se para o ramo industrial e comercial norte-americano. Onde, a quebra da bolsa de valores de *New York* obrigou o fechamento de empresas, indústrias, e principalmente

---

tempo tendo “US\$ 3 bilhões em investimentos diretos do exterior (dos quais 602 milhões foram realizados só em 1929), com filiais no estrangeiro das grandes empresas, e até constituição de sociedades que só operavam no exterior (a American Foreign Power, a ITT, etc.) e participações em empresas estrangeiras. Com US\$ 400 milhões investidos na França, 400 milhões na Itália, 300 milhões na Suécia, 250 milhões na Bélgica, 200 milhões na Noruega, 280 milhões na Dinamarca, 170 milhões na Polônia, em 1925 os EUA substituíram à Inglaterra como o grande centro financeiro internacional (concentrando mais da metade dos estoques de ouro).” (COGGIOLA, 2015, p. 4-5).

<sup>13</sup> De acordo com Coggiola (2015) os investimentos externos, elemento fundamental da expansão na década de 1920 se encontrou em condições precárias. Isso ocorreu devido os empréstimos destinados a Europa foram a longo prazo. Resultando como ponto negativo para a produção e comércio exterior estadunidense intervindo na política monetária e no saldo de exportação de forma desordenada.

agravou uma das principais expressões da crise, a elevação da taxa de desemprego. Desta maneira, a crise de 1929 era uma crise cíclica. Ela decorria de uma longa série de fatores que eclodiram e assumiram proporções juntas. No qual o componente forte foi da crise da Bolsa de *Wall Street*, acarretou no desmantelamento do sistema de crédito da economia norte-americana. Isso culminou na retirada de créditos dos americanos em curto prazo em 1931. Atingindo o sistema financeiro da Europa Central e Grã-Bretanha, pelo qual, foram impossibilitados de honrar os seus empréstimos e compromissos externos.

De acordo com Coggiola (2015), em 1931-1932, os EUA, a Inglaterra, o Canadá, a Escandinávia, a Holanda, a Bélgica e a França abandonaram o padrão-ouro<sup>14</sup>. Porém, muitos desses países não se sucumbiram à desvalorização em razão da libra esterlina e do dólar, adotou-se a políticas deflacionárias para diminuir os custos de produção<sup>15</sup> e também políticas de controle de câmbio. Sendo a taxa de juros dos EUA, o forte fator que estendeu a grande depressão a Europa. Visto que os países europeus não conseguiram manter o câmbio fixo com os EUA, principalmente quem se baseava a sua taxa de juros no padrão-ouro. Para tanto, os países europeus aumentavam suas taxa de juros em sentido próprio, no que se destinou a redução de gastos do consumo com vistas para a queda a produção industrial, no qual, também ocorreu a redução do comércio mundial.

Sendo assim, de acordo com Coggiola (2015), a atividade bancária sofreu uma derrocada, principalmente nos países da Europa central. Apesar das falências bancárias terem sido raras, devido ao fato, que as instituições financeiras socorrer umas às outras. Ao mesmo tempo, as oscilações do crédito chegaram ao seu auge durante o processo de crise financeira intencional no ano de 1931, levando a destruição total do padrão câmbio-ouro.

O fator de acordo com Coggiola (2015), será o *New Deal* (Novo Acordo) onde houve a tentativa de sanear o sistema financeiro norte-americano que naquele momento se encontrava falido. Isso através do controle e regulamentação da atividade econômica, da desvalorização do dólar, do melhoramento da situação do endividamento e do abando ao padrão-ouro. Desta maneira, aconteceu também “em 1935, os EUA finalmente adotaram o seguro desemprego e a aposentadoria

---

<sup>14</sup> Segundo Hobsbawm (1995) o padrão-ouro na sua forma clássica, estava no sentido de dar uma unidade de moeda, “por exemplo, a cédula de um dólar, o valor de um determinado peso de ouro” (HOBSBAWM, 1995, p.99) onde se faz necessário que o banco a trocará.

<sup>15</sup> Segundo Coggiola (2015) Não exista até aquele momento um sistema monetário internacional. O "Bloco-Ouro", que reagrupava algumas moedas fiéis à paridade anterior a 1929 - as da França, da Bélgica, dos Países Baixos, de Luxemburgo, da Itália e da Suíça -, se desfez. “Os partidários da moeda forte eram pequenos países ou nações vítimas de forte inflação depois de 1918, cuja paridade-ouro monetária fora estabelecida antes de 1929 sobre uma base depreciada. Havia quatro grupos de países: o bloco-dólar, que reunia em torno dos EUA diversos países da América e as Filipinas; o bloco-esterlino, em torno da Grã-Bretanha; e o bloco-ouro, até 1936; por fim, o conjunto dos países que instauraram sistemas de câmbios múltiplos. As medidas alfandegárias foram tomadas em ordem dispersa e progressiva; em geral, as barreiras começam com um aumento de impostos, depois medidas mais autoritárias foram tomadas, sobretudo por países que não sofreram desvalorização, enquanto se multiplicam os acordos mútuos”. (COGGIOLA, 2015, p. 6)

pública. Mas o desemprego não recuou na medida do esperado” (COGGIOLA, 2015, p. 10). Entretanto, o *New Deal* não continha o objetivo de estimular a economia ou desencadear uma possível recuperação através do gasto público. E sim, o objetivo estava em salvar ou sanar brevemente o mundo dos negócios, em associação ao estímulo do emprego. Certamente, porque as despesas federais em obras públicas se tornaram sinônimos do *New Deal*. As despesas públicas norte-americanas se elevavam gradativamente entre os anos de 1929 a 1938. As despesas do Estado não eram compensadas ao grau do nível de investimento estatal e ao longo dos anos os recursos permaneceram decrescentes.

Em síntese, Coggiola (2015) salienta que embora o ponto inicial da crise seja a crise comercial e a bancária. No começo o capital comercial e o bancário cresceram com o volume da produção capitalista, em intermédio com o processo de reprodução do capital. Desta maneira, a crise de superprodução também tinha em sua gênese o crescimento da produção nos EUA. No qual desencadeou mais tarde na acumulação de estoques, na baixa dos preços, e conseqüentemente na queda da taxa de lucro, onde, a Bolsa de *New York* conteve uma queda das ações. Onde desencadeia a grande depressão, gerando falências de bancos, das empresas, na ruína da classe média norte-americana e no desemprego em massa, por sua vez criando-se uma enorme massa de paupérrimos.

Conforme os pontos destacados por Coggiola (1929), as medidas expansionistas do *New Deal* de 1936-1939 não fizeram com que a recessão voltasse ao ciclo de ascensão novamente. No qual o que socorreu a economia capitalista foi a Segunda Guerra Mundial. "A Grande Depressão dos anos 30", escreveu John Kenneth Galbraith, “nunca chegou ao fim [...] desapareceu muito simplesmente na grande mobilização dos anos 40” (COGGIOLA, 2015, p. 17). Salientando que a economia e a política estadunidense passou a depender das crises, das guerras e das revoluções em todas as partes do mundo.

Em síntese Hobsbawm (1995), destaca que em o outubro de 1929 traz novamente no ensejo, o punho das condições de produção e reprodução da economia capitalista. Após vários períodos seguintes de “*boom* econômico”, já se fazia anunciar no limiar do século XX. Quando revoluções e guerras alertaram as potências europeias da necessidade de recompor o jogo das forças do sistema econômico, do capital internacional.

No momento já observado por Hobsbawm (1995) através do pensamento de Kondratiev, no qual “discerniu um padrão de desenvolvimento econômico [...] através de uma série de “ondas longas” de cinquenta a sessenta anos”. (HOBSBAWM, 1995, p.91). No qual, após a Primeira Guerra Mundial, aponta-se uma projeção do “desmoronamento” do sistema capitalista e a exaustão dos limites da produção material na história humana. Em suma, a Grande Depressão dos

anos 1920-1930 pôs fim às ilusões da sociedade capitalista burguesa e suas ideologias políticas, a ponto do mundo se dividir entre “capitalismo” e “socialismo” na direção do desenvolvimento econômico.

Notadamente, por Hobsbawm (1995) após a Primeira Guerra Mundial, o crescimento viril e ao mesmo tempo lânguido da economia capitalista se interrompem e irá se reconstituir em outra lógica da concorrência capitalista. Ou seja, dando elemento e punho para o “capital monopolista”, para a “globalização da economia” e o protecionismo, conforme os interesses de cada Estado.

Desta maneira, Hobsbawm (1995) frisa que na grande crise de 1929-1933 o crescimento econômico não cessou, apenas precisava se configurar em outra forma. Logo, há impacto sobre os trabalhadores, sobre a concentração de capital e a dependência dos países ao capital estrangeiro em circulação. Sobretudo quando exerce impacto sobre os empréstimos norte-americanos, provocando a queda dos salários reais, inflação e “desemprego em massa”, sendo esta as condições intrínsecas às relações de produção as quais subordinavam a classe trabalhadora.

Todavia, conforme Hobsbawm (1995) acentua-se naquele momento que constata-se uma queda dos preços dos produtos primários (alimentos, matérias-primas), da produção industrial, das taxas de crescimento econômico. Logo, o caráter intrínseco pulsante da crise geral da produção e da realização do capitalismo, ia-se do centro à periferia do sistema. Portanto, no auge da Grande Depressão, estagnação e desemprego faziam a imagem da economia. Por sua vez,

Para aqueles que, por definição, não tinham controle ou acesso aos meios de produção.(a menos que pudessem voltar para uma família camponesa no interior), ou seja, homens e mulheres contratados por salários, a consequência básica da Depressão foi o desemprego, em escala inimaginável e sem precedentes, e por mais tempo que qualquer um já experimentara. No pior período da Depressão (1932-3), 22% a 23% da força de trabalho britânica e belga, 24% da sueca, 27% da americana, 29% da austríaca, 31% da norueguesa, 32% da dinamarquesa e nada menos que 44% da alemã não tinham emprego (HOBSBAMW, 1995, p. 97).

Entretanto, é importante lembrar o papel fundamental do investimento na economia capitalista. Pois após 1933 “o único estado ocidental que conseguiu eliminar o desemprego foi à Alemanha nazista entre 1933 e 1930” (HOBSBAMW, 1995, p. 97).

Nesse contexto, conforme pincelado antes, de acordo com Hobsbawm (1995) vai surgir à luta pela “previdência social”, pois eram tamanhas as consequências do desemprego e da maior crise econômica vivida pelos trabalhadores. O mundo ocidental capitalista se fechou para si, os Estados da Europa central e os EUA foram na corrida por uma “autoproteção”, sobretudo nas relações comerciais e no sistema monetário internacional. As condições que reduziram as taxas de investimento na economia real colocou a questão social no centro da discussão e da política dos

Estados capitalistas, será a partir desse momento que estará traçada a luta dramática entre direita e esquerda, em meio a reformas e revoluções, no ápice da maior crise da história do capitalismo, “numa única frase: a grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século” (HOBSBAMW, 1995, p. 99).

Contudo para compreender a Grande Depressão, Hobsbawm (1995) constata a importância de considerar o papel da hegemonia dos EUA, como “a maior economia do mundo”, posição conquistada em 1913, pós a Primeira Guerra Mundial. Pois, “além disso, a guerra não apenas reforçou sua posição como maior produtor industrial do mundo, como os transformou no maior credor do mundo” (HOBSBAMW, 1995, p. 101). Entretanto,

Em suma, não há explicação para a crise econômica mundial sem os EUA,. Eles eram, afinal, tanto o primeiro país exportador do mundo na década de 1920 quanto, depois da Grã-Bretanha. [...] Se suas importações caíram em 70% entre 1929 e 1932, suas exportações caíram na mesma taxa. O comércio mundial teve uma queda de quase um terço entre 1929 e 1939, mas as exportações americanas despencaram para quase a metade (Hobsbawm, 1995, p. 102).

Em suma, Hobsbawm (1995), entre os desfechos possíveis que salvariam a crise do capital no pós-guerra exigiam dos Estados uma intervenção sólida na economia. No entanto na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se implantavam um regime socialista, cujo desenvolvimento de suas forças produtivas superava os níveis da indústria capitalista liberal. Deste modo, o capitalismo liberal em crise sobreviverá graças à articulação entre o imperialismo e o fascismo – ambas as formas de expressões pautas na superioridade da reprodução do capital no século XX – pois sabemos que os EUA de Roosevelt e a Alemanha de Hitler – foram as economias que mais cresceram.

Contudo, Hobsbawm (1995) destaca que a concentração do capital e a estagnação da economia capitalista já anunciava em 1920 a necessidade de uma intervenção governamental nas “economias liberais” em estagnação, com políticas de investimento e de promoção a elevação do emprego. A crise do liberalismo econômico possibilitou a tendência do avanço do capital monopolista, das grandes corporações, dos Estados imperialistas, enquanto se globalizava a questão social e a esquerda se isolava, sofrendo os ataques políticos e golpes de Estado. Com o declínio do movimento operário e dos Partidos de esquerda, a direita radical avançava com o fascismo nos Estados beligerantes (Japão, Alemanha, Espanha, Itália), implantando e influenciando regimes nacionalistas, totalitários e militares, situação política as vésperas da Segunda Guerra Mundial, resultando na aliança da concentração capital com o fascismo conjuntamente com a sede de expansão.

Diversos pensadores do século XX, legaram que o capitalismo ao dinamizar suas contradições internas frente ao trabalho, tende a “flutuações” e crises de realização. Desta forma,

pelas palavras de Furtado (2000), os dois pensadores que mais bem captaram a lógica da economia do século XX, Keynes e Kalecki diferenciou a visão prospectiva do mundo relacionado à nova configuração da evolução do capitalismo. Logo,

Sendo os dois pensadores que mais bem captaram a lógica da economia do século XX, Keynes e Kalecki se diferenciaram profundamente no que respeita à visão prospectiva do mundo engendrado pela Revolução Industrial. Keynes manteve até o fim de sua vida a confiança na capacidade do homem para aprender com os próprios erros. Kalecki, que conheceu melhor a realidade do subdesenvolvimento e viveu o malogro das experiências de engenharia social do Leste europeu, tendeu a duvidar da capacidade dos homens para construir um mundo menos cruel do que este que conhecemos. Mas as reflexões de um e de outro são a herança intelectual maior de que dispomos (FURTADO, 2000, p. 18).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma o momento entre as duas grandes guerras mundiais, que desencadeou na crise de 1929, permitiu, estadistas, economistas, historiadores, etc., e porque não, o movimento revolucionário dos trabalhadores, a manterem os olhos e ouvidos atentos ao *colapso* da economia liberal capitalista, até então, modelo clássico de crescimento econômico que perdurou até o *crash*. Onde o processo de estagnação, faz com que Estados sofressem as consequências do sistema capitalista de produção, resultante de uma exploração em massa dos trabalhadores, aos limites da capacidade de investimento do capital.

Em suma no universo da ciência econômica, da história e da política de Estados, a questão de buscar uma saída para a crise que se aprofundara, era necessário aqui e agora reformar o capitalismo, onde a produção e demandas não estavam equilibradas, ou melhor, se correspondendo. Nesse contexto com olhar voltado para a história do pensamento econômico em avanço da teoria econômica, é importante acentuar as contribuições do polonês M. Kalecki, onde procurou ressaltar o elemento da dinâmica do investimento, destacando a sua importância e influência sobre a demanda efetiva.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COGGIOLA, Osvaldo. **O CRAQUE DE 1929 E A GRANDE DEPRESSÃO DA DÉCADA DE 1930: Crise, Revolução e Contra-Revolução**. Publicado em: Econmi Mundial View Project . 17 Dezembro 2015. Disponível em:<<https://www.researchgate.net/publication/287205265>>. Acessado em 25 de nov. de 2018.

FURTADO, Celso. **Prefácio In: DINÂMICA ECONÔMICA DO CAPITALISMO: Homenagem a M. Kalecki**. (Org: Lenina Pomeranz; Jorge Miglioli; Gilberto Tadeu Lima). Outubro de 2000.

GALBRAITH, John Kenneth. **1929: A grande crise**. São Paulo: Larousse do Brasil. 2010.



GENNARI, Adilson Marques; & OLIVEIRA, Roberson. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

KALECKI, M. **Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1977.

KALECKI, Michal. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1987.

Keynes, Jonh Maynard. **A Grande Crise e Outros Textos**. Relógio D'Água Editores: Junho de 2009.

LÓPEZ G.,Julio & MOTT, Tracy. **Kalecki versus Keynes Sobre os Determinantes do Investimento**. Publicado em *Union for Radical Political Economics da Allied Social Sciences Association* em 1977. In: Macroeconomia do emprego e da renda: Keynes e o Keynesianismo. Organizadores: Giberto Tadeu Lima e João Sicsú. Baurueri, SP: Manole, 2013.

MIGLIOLI, J. (Org). **Kalecki (Coleção Grandes Cientistas Sociais)**. São Paulo: Ática, 1980.

MIGLIOLI, J. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIGLIOLI, J. **Apresentação Teoria da Dinâmica Econômica**. São Paulo: Abril Cultura, 1977.

POSSAS, Mario Luiz; & BALTAR, Paulo, E.A. **Demanda Efetiva e dinâmica em Kalecki**. Pesquisa Planejamento Econômico: Rio de Janeiro: abr. 1981.

RUBIN, Isaac Ilich. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

SOUZA, A. C. Hobsbawn, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). **Revista de Educação (Itatiba)**, Campinas - SP, v. Único, p. 169-175, 2005.

---

\* Graduanda no curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).